

O Office da Vergonha: viagens, brindes e contratos em nome da modernização

Publicado em 2025-10-04 20:03:36



Viagens da Microsoft: peregrinos da corrupção digital — o turismo autárquico da vergonha nacional

Box de Factos

O chamado **caso "Viagens da Microsoft"** envolve suspeitas de corrupção e tráfico de influências entre autarcas e responsáveis de várias câmaras municipais

portuguesas — incluindo Braga, Santarém, Setúbal e outras — e representantes da **Microsoft Portugal**. O esquema consistia em *viagens de luxo* oferecidas a responsáveis autárquicos sob o pretexto de formações tecnológicas e eventos internacionais da empresa.

Em troca, alegadamente, os municípios favoreciam a Microsoft em **contratos de licenciamento de software Office e serviços associados**, muitas vezes sem concurso público transparente. O **Ministério Público** constituiu vários arguidos, incluindo o presidente da Câmara de Braga e outros autarcas, naquilo que poderá revelar-se um dos maiores casos de corrupção corporativa no setor tecnológico em Portugal.

Há quem diga que o pecado original do país é o compadrio. Mas em Portugal moderno, o compadrio veste fato tecnológico, traz crachá de conferência e viaja em executiva. As chamadas “Viagens da Microsoft” são a nova peregrinação da vaidade autárquica: uma procissão de crentes que confundiram licenças de software com indulgências espirituais.

Partiram em missões de “inovação digital”, regressaram com malas cheias de souvenirs e contratos assinados à pressa. Nos corredores do poder local, a modernização é o novo sacramento — e quem distribui as hóstias é a multinacional do costume, que oferece milagres em PowerPoint e redime pecados em Excel.

O que devia ser formação tecnológica tornou-se um negócio teológico: a salvação através da nuvem, paga com o erário público. A cada viagem, um sorriso, um jantar, uma

assinatura. A cada contrato, um silêncio cúmplice. E assim o país vai-se informatizando à portuguesa: com corrupção de interface e corrupção de sistema operativo.

A Microsoft, claro, jura que tudo foi conforme as regras. Os autarcas garantem que foram “missões institucionais”. E nós, espectadores, fingimos que acreditamos — porque já nos habituámos ao milagre português da impunidade digital.

Enquanto o Ministério Público investiga, os servidores continuam ligados, as licenças renovam-se automaticamente, e a ética permanece em modo “trial gratuito de 30 dias”. Nenhum antivírus deteta este tipo de vírus, porque ele não entra pelo cabo de rede — está instalado no ADN institucional.

No fim, é sempre a mesma história: os mesmos rostos, as mesmas desculpas, o mesmo país de software pirata e moral pirateada. Portugal continua a confundir modernização com subserviência tecnológica, e soberania digital com fidelidade de cliente. Mas o verdadeiro erro de sistema está no povo que aceita estas atualizações automáticas da corrupção.

Francisco Gonçalves & Augustus Veritas Lumen

Fragments do Caos · Outubro de 2025



Fragments do Caos:

[Blogue](#)



[Ebooks](#)



[Carrossel](#)



Esta página foi visitada ... vezes.

[Contactos](#)